

Delineamento da educação superior nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do estado de Goiás

Development of higher education in the Federal Institutes of Education, Science and Technology in the state of Goiás, Brazil

Chaiane de Medeiros Rosa¹

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia-GO, Brasil

Resumo

Em 2008, por meio da Lei nº 11.892, foi criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, constituída por: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e de Minas Gerais; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e Colégio Pedro II. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, um dos componentes da rede, configuram-se como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Este artigo tem como objetivo evidenciar o panorama da educação superior em Goiás (Brasil), tendo como foco os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do estado, quais sejam: o Instituto Federal Goiano e o Instituto Federal de Goiás. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa de caráter documental, com base em documentos oficiais, como legislações de âmbito federal; dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; e dados dos próprios Institutos Federais investigados. Como resultado, verificou-se que essas instituições despontam como uma proposta viável para reduzir as desigualdades educacionais no país, dada a sua capilaridade no território brasileiro, e, ainda, por promover a educação de forma articulada com as potencialidades regionais. Por assim ser, depreende-se que os Institutos Federais contribuem para integrar as parcelas em desvantagem social, principalmente aquelas que vivem em localidades distantes dos grandes centros, propiciando-lhes o acesso a uma educação verticalizada.

Palavras-chave: Educação superior. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Interiorização.

Abstract

In 2008, through the Law nº 11,892, the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education was created, consisting of: Federal Institutes of Education, Science and Technology; Federal Technological University of Paraná; Celso Suckow da Fonseca and Minas Gerais Federal Technology Education Centers; Technical Schools linked to Federal Universities; and Pedro II College. The Federal Institutes of Education, Science and Technology, one of the components of the network, configured as institutions of higher education, basic and professional, pluricurricular and multicampi, specialized in the offer of professional and technological education in the different modalities of education. This article aims to demonstrate the panorama of higher education in Goiás (Brazil), focusing on the Federal Institutes of Education, Science and Technology of the state, namely: the Goiano Federal Institute and the

1 Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal de Goiás. Pós-doutorado (em andamento) na Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus Araraquara. Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus Araraquara (2016). E-mail: chaianemr@hotmail.com

Federal Institute of Goiás. For such, a documentary research was developed, based on official documents, such as federal legislation; data provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics and the Educational Institute of Studies and Research Anísio Teixeira; and data from the Federal Institutes investigated. As a result, these institutions emerged as a viable proposal to reduce educational inequalities in the country, given their capillarity in Brazil, and also to promote education in a way that is linked to regional potentialities. The Federal Institutes thus contribute to integrate socially disadvantaged plots, especially those living in locations far from the major centers, providing them with access to vertical education.

Keywords: Higher education. Federal Institutes of Education, Science and Technology. Interiorization.

Notas Introdutórias

Este artigo é resultado de uma tese de doutorado que trata da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) no contexto das políticas de educação superior, e foca nas particularidades do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia (IF) Goiano – *campus* Urutaí. O estudo teve como objetivo principal compreender quais as características da educação superior no âmbito do referido instituto. E, como um de seus objetivos específicos, a tese buscou mostrar o panorama da educação superior em Goiás, tendo como foco os IFs do estado.

A RFEPCT foi instituída pela Lei nº 11.892 de 2008, sendo constituída por: IFs, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG); Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e Colégio Pedro II.

A lei referenciada também criou os IFs, um dos componentes da rede que têm como característica serem

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. (BRASIL, 2008, art. 2º)

Os IFs foram estabelecidos como instituições que têm como uma de suas finalidades “[...] promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão” (BRASIL, 2008, art. 6, III). A nova institucionalidade criada em 2008 está em consonância com o projeto de democratização do ensino médio integrado à educação profissional, bem como constitui uma política de consolidação de um bloco técnico e tecnológico, que tem como objetivo tornar-se uma alternativa à formação acadêmica (AMORIM, 2013).

O Plano de Expansão da RFEPCT, iniciado em 2005, estabeleceu como linha de ação prioritária o atendimento a estados brasileiros que não possuíam instituições federais de educação profissional e tecnológica, bem como municípios interioranos e periferia de grandes centros urbanos. Ademais, foram estabelecidas três dimensões principais para a expansão da RFEPCT: social, geográfica e de desenvolvimento, conforme (ROSA, 2017):

Na dimensão social, postulou-se: universalização do atendimento aos Territórios da Cidadania; atendimento aos municípios populosos e com baixa renda per capita, integrantes do G1005; e municípios com percentual elevado de extrema

pobreza. Na dimensão geográfica, priorizaram-se: o atendimento prioritário aos municípios com mais de 50.000 habitantes ou microrregiões não atendidas; a universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras; os municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais; a interiorização da oferta pública de educação profissional e ensino superior; e a oferta de educação superior federal por estado abaixo da média federal. E na dimensão do desenvolvimento, o foco foi dado: aos municípios com Arranjos Produtivos Locais (APLs) identificados; e aqueles que ficam no entorno de grandes investimentos. (ROSA, 2017, p. 189)

A expansão da RFEPCT, desde seu surgimento, em 1909, até o ano de 2014, efetivou-se da seguinte forma:

Tabela 01 - Número de instituições da Rede Federal por período e presidente da república

Período	Número de instituições criadas	Presidente da República
1909-1910	21	Nilo Peçanha
1910-1914	1	Hermes da Fonseca
1914-1918	1	Wenceslau Braz
1918-1919	1	Delfim Moreira
1919-1922	1	Epitácio Pessoa
1922-1926	2	Arthur Bernardes
1930-1945/ 1951-1954	14	Getúlio Vargas
1946-1951	11	Gaspar Dutra
1954-1955	4	Café Filho
1956-1961	4	Juscelino Kubitschek
1961-1964	6	João Goulart
1964-1967	4	Castelo Branco
1967-1969	9	Costa e Silva
1969-1974	3	Emílio Garrastazu Médici
1974-1979	1	Ernesto Geisel
1979-1985	2	João Baptista de Oliveira Figueiredo
1985-1990	13	José Sarney
1990-1992	3	Fernando Collor de Mello
1992-1995	27	Itamar Franco
1995-2003	11	Fernando Henrique Cardoso
2003-2010	214	Luiz Inácio Lula da Silva
2011-2014	208	Dilma Rousseff

Fonte: Rosa (2017, p. 190).

“Em 2014, são 561 escolas técnicas federais em atividade. Mas o que se constata é que período de maior crescimento da rede se deu a partir dos anos 2003, [...] quando foram criadas 422 instituições”. (ROSA, 2017, p. 190)

Em Goiás, no bojo da Lei nº 11.892, foram criados dois IFs: o Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e o Instituto Federal de Goiás (IFG). O primeiro possui 12 *campi* no território do estado, sendo eles os seguintes: Campos Belos, Catalão, Ceres, Cristalina, Hidrolândia, Ipameri, Iporá, Morrinhos, Posse, Rio Verde, Trindade e Urutaí. Já o segundo possui *campi* em 14 municípios, quais sejam: Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste,

Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso. Essas duas instituições, juntas, fazem-se presentes em 26 municípios goianos.

Tento isso em vista, pretende-se demonstrar o panorama da educação superior em Goiás, tendo como foco os IFs do estado. A escolha por examinar instituições goianas decorre do entendimento de que é relevante compreender os contornos dessa política em um estado localizado na região central do Brasil, distante dos grandes centros onde se concentram o maior número de instituições de educação superior brasileiras. De acordo com Rosa (2013), na região Centro-Oeste do país encontram-se apenas 10,05% da totalidade de instituições de educação superior, 6,47% do total de instituições públicas e 10,47% das instituições privadas. A região, portanto, está entre as que possuem menor concentração de instituições de educação superior no país, ficando atrás apenas da região Norte.

Sendo assim, parte-se do pressuposto de que as políticas que fomentam a expansão e interiorização das instituições de educação superior públicas no país, como é o caso da RFEPCT, contribuem de forma significativa para a democratização desse nível de ensino, favorecendo o acesso principalmente daqueles grupos que não têm condições de migrar para os grandes centros urbanos para realizarem seus estudos. Portanto, investigar o delineamento dessa política no estado de Goiás pode fornecer subsídios para a compreensão do modo como a articulação entre uma política voltada para a educação profissional e a educação superior incide no interior do país.

Representatividade dos Institutos Federais na Educação Superior Goiana

No bojo da Lei nº 11.892 de 2008, foram criados em Goiás o IFG, voltado para a área urbano-industrial, e o IF Goiano, com vocação agropecuária. O IFG foi criado mediante a transformação do Cefet de Goiás, e o IF Goiano, por sua vez, foi criado mediante a integração dos Cefets de Rio Verde e de Urutaí, e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres. Essas duas instituições constituem a RFEPCT no estado de Goiás, e a contribuição destas para a expansão, interiorização e democratização da educação superior no estado é delineada a seguir.

Em se tratando de cursos ofertados no primeiro semestre de 2015, no IFG a oferta foi de 67 cursos técnicos, 48 cursos superiores, 2 cursos de pós-graduação. No IF Goiano, a oferta foi de 42 cursos técnicos, 30 cursos superiores e 7 cursos de pós-graduação. Juntas, essas duas instituições ofertam, em todo o território do estado de Goiás, 109 cursos técnicos, 78 cursos superiores e 9 cursos de pós-graduação.

Em termos de relação candidato por vaga nos processos seletivos, o quadro goiano é o seguinte:

Tabela 02 - Relação de candidatos inscritos por vaga oferecida por processos seletivos, nos cursos de graduação presenciais, por categoria administrativa – Goiás – 2011

	Total	Universidades	Centros universitários	Faculdades	IFs
Total	1,9	2,7	1,6	1,2	7,5
PÚBLICA	4,4	4,3	-	1,7	7,5
Federal	7,1	7,0	-	-	7,5
Estadual	4,6	4,6	-	-	-
Municipal	0,9	0,6	-	1,7	-
PRIVADA	1,3	1,6	1,6	1,2	-

Fonte: MEC/Inep (BRASIL, 2012)

Em Goiás, no ano de 2011, nota-se que, no âmbito geral, a relação entre candidatos inscritos e vagas oferecidas nos processos seletivos para os cursos de graduação presenciais é de 1,9. Na rede privada esse índice é de 1,3, e na rede pública de 4,4, o que indica que, considerando a proporção entre oferta de vagas e demanda, a rede pública é mais almejada pelos estudantes pleiteantes de vagas na educação superior no estado. E, nessa esfera, a rede federal é a mais ambicionada, com número de 7,1 inscritos por vaga, seguida da rede estadual, com 4,6, e da rede municipal, com somente 0,9 candidatos para cada vaga disponível.

Nas faculdades, o índice de inscritos por vaga é de 1,2, tendo a mesma medida na rede privada e chegando a 1,7 na rede pública. Nos centros universitários, no âmbito da rede privada, a relação de inscritos por vaga é de 1,6. Nas universidades, no panorama geral, esse índice é de 2,7, sendo de 1,6 na rede privada e de 4,3 na rede pública, mas chegando a 7,0 na esfera federal e a 4,6 na estadual; mas, no âmbito municipal, é de apenas 0,6. Nos IFs, por sua vez, a taxa é a mais elevada em todas as categorias, sendo de 7,5 inscritos por vaga. Esses dados evidenciam que a maior demanda é pelas instituições públicas federais, no caso a UFG e, principalmente, os IFs. Em contrapartida, a rede municipal é a menos requerida.

Já a taxa de ocupação das vagas oferecidas consolida-se da seguinte maneira:

Tabela 03 - Relação de ingressos por vaga oferecida por processos seletivos, nos cursos de graduação presenciais, por categoria administrativa - Goiás - 2011

	Total	Universidades	Centros universitários	Faculdades	IFs
Total	0,5	0,6	0,2	5,1	1,0
PÚBLICA	0,7	0,7	-	-	1,0
Federal	0,9	0,9	-	-	1,0
Estadual	1,0	1,0	-	-	-
Municipal	0,3	0,2	-	-	-
PRIVADA	0,4	0,5	0,2	4,9	-

Fonte: MEC/Inep, (BRASIL, 2012)

No geral, há apenas 0,5 ingressante por vaga ofertada. Na rede privada, esse número é ainda menor, de apenas 0,4, e na rede pública tem-se um índice mais elevado, de 0,7. Na especificidade da rede pública, nota-se que o grande destaque é para o setor estadual, em que a relação entre ingressos e vagas é de 1, seguida da rede federal, em que a relação chega a 0,9, e, por fim, a esfera municipal, com 0,3 ingresso por cada vaga. Frente a esses dados, infere-se que há uma grande quantia de vagas ociosas, e que a maior taxa de ocupação de vagas acontece na rede pública.

Considerando os modelos institucionais, tem-se que os centros universitários do estado, todas instituições privadas, são aqueles em que a relação de ingressos por vaga é a menor, de apenas 0,2. Em seguida, aparecem as universidades, nas quais, no geral, a relação de ingressos por vaga é de 0,6. Na rede privada, esse índice é de 0,5 e na rede pública de 0,7. Particularmente na rede pública, nas universidades estaduais essa relação chega a 1,0, nas federais a 0,9 e nas municipais a apenas 0,2. Nos IFs, por sua vez, a relação entre ingressantes e vaga é 1. Por fim, nas faculdades essa taxa chega a 5,1, no geral, e a 4,9 na esfera privada. Examinando esses dados, depreende-se que, na rede pública, o destaque é para os IFs, instituições em que há totalidade de ocupação das vagas. Já na rede privada, a ênfase é nas faculdades,

com uma relação que chega a ultrapassar quatro ingressantes para cada vaga disponível, o que leva a crer que há um excesso de ingressantes por vaga ofertada, de modo que fica o seguinte questionamento: se há mais alunos que vagas ofertadas, em quais condições se realiza essa educação superior?

Já analisando a localidade onde os cursos são ofertados, tem-se o seguinte panorama:

Tabela 04 - Número de cursos de graduação presenciais por localização (capital e interior) - Institutos Federais em Goiás - 2011

Total	Capital	Interior
60	19	41

Fonte: MEC/Inep (BRASIL, 2012).

Ainda tendo como referência o ano de 2011, os IFs do estado de Goiás ofertam 60 cursos, sendo 41 (68,33%) deles no interior e 19 (31,66%) na capital. Com maior concentração no interior do estado, há o indicativo da forte contribuição desse formato de instituição para o processo de interiorização da educação superior pública em Goiás. No mais, é preciso reconhecer que essa interiorização acarreta em democratização, haja vista que propicia que sujeitos de regiões interioranas, onde o acesso à educação superior é historicamente restrito, e ofertado sobretudo por instituições privadas, tenham a possibilidade de cursar uma graduação pública, sem a necessidade de se migrar para a capital do estado ou para centros urbanos mais desenvolvidos.

Buscando compreender a relação entre vagas ofertadas, número de inscritos e ingressos, tem-se este retrato:

Tabela 05 - Características dos processos seletivos para cursos presenciais de graduação - Institutos Federais em Goiás - 2011

Vagas oferecidas	Inscritos	Ingressos
2.800	20.862	2.824

Fonte: MEC/Inep (BRASIL, 2012).

Nos IFs, em 2011, tem-se 2.800 vagas ofertadas, 20.862 candidatos inscritos e 2.824 ingressantes, o que mostra que a totalidade das vagas disponíveis, além de outras 24, foram preenchidas. Isso significa que, no âmbito dos IFs em Goiás, no acesso, não há ociosidade de vagas, o que aponta para o bom aproveitamento dos recursos dispensados a essas instituições. Esse aspecto é importante no que se refere à democratização, posto ser perceptível que nos *campi* onde são ofertados os cursos e vagas há, de fato, demanda por eles.

Do total das 6.685 matrículas em 2011, 3.577 (53,50%) são em cursos tecnológicos, 1.563 (23,38%) nas licenciaturas e 1.545 (23,11%) nos bacharelados.

Tabela 06 - Total de matrículas em cursos de graduação, presenciais e a distância - Institutos Federais em Goiás - 2011

Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo
6.685	1.545	1.563	3.577

Fonte: MEC/Inep (BRASIL, 2012).

O grande relevo dos cursos de educação superior ofertados pelos IFs, portanto, são os tecnólogos. Os bacharelados e licenciaturas, por sua vez, encontram-se em situação equivalente, com taxas de matrículas bastante próximas. Portanto, esse quadro confirma que, no geral, nos IFs do estado de Goiás, os cursos superiores de tecnologia ganham destaque, o que é um fator importante, por se tratarem de instituições com vocação profissional e tecnológica. Além disso, o preenchimento de mais de 20% das vagas em cursos de licenciatura mostra que os referidos IFs estão adequados à legislação, e, logo, ajustados com a demanda por formação de professores.

Em termos de ingressos nos cursos presenciais e a distância, do total de 2.871 ingressantes no ano de 2011, de forma semelhante às matrículas, a maior parte, 1.180 (41,10%), ocorre nos cursos tecnólogos, 952 (33,15%) nas licenciaturas e 739 (25,74%) nos bacharelados, como demonstrado abaixo:

Tabela 07 - Número total de ingressos nos cursos presenciais e a distância, por categoria administrativa – Institutos Federais em Goiás – 2011

Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo
2.871	739	952	1.180

Fonte: MEC/Inep (BRASIL, 2012).

Em relação aos concluintes, do total de 403 em 2011, 347 (86,10%) são em cursos tecnólogos, 41 (10,17%) em bacharelados e 15 (3,72%) em licenciaturas.

Tabela 08 - Número de concluintes total em cursos presenciais e a distância, por categoria administrativa – Institutos Federais em Goiás – 2011

Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo
403	41	15	347

Fonte: MEC/Inep (BRASIL, 2012).

Diferentemente das matrículas e dos ingressos, os cursos de bacharelado apresentam maior número de concluintes que as licenciaturas, o que aponta para a evasão nesses cursos. O alto índice de evasão nas licenciaturas é evidenciado também em outros estados e no panorama nacional. Segundo a Gazeta do Povo (18/07/2013), no Paraná, cerca de 40% dos alunos das licenciaturas não se formam, sendo a taxa de desistência anual de 15,3%. A média brasileira é ainda mais elevada, sendo que 48% dos alunos das licenciaturas não se formam, com um índice de 19,6% de desistência anual.

Em se tratando de turno de oferta dos cursos nos IFs, das 6.685 matrículas, 3.742 (55,97%) são no período noturno e 2.943 (44,02%) no período diurno.

Tabela 09 - Matrículas em cursos de graduação presenciais por turno – Institutos Federais em Goiás – 2011

Total	Diurno	Noturno
6.685	2.943	3.742

Fonte: MEC/Inep (BRASIL, 2012).

A maior concentração de matrículas no turno noturno também é aspecto importante da democratização, por favorecer o acesso à educação superior para aqueles que, principalmente em razão de terem que trabalhar, não podem realizar seus

estudos durante o dia. A oferta do ensino noturno vem sendo fomentada desde a Constituição Federal de 1988, que no seu art. 208, inciso VI, estabelece a “oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando” (BRASIL, 1988). De igual modo, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 reitera essa oferta desse ensino, no seu art. 4, VI (BRASIL, 1996).

Posteriormente, nas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, está posto que:

Ressalte-se a importância da expansão de vagas no período noturno, considerando que as universidades, sobretudo as federais possuem espaço para este fim, destacando a necessidade de se garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que assegurem ao aluno trabalhador o ensino de qualidade a que têm direito nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno. Esta providência implicará a melhoria do indicador referente ao número de docentes por alunos. (BRASIL, 2001, s/p)

Já o PNE de 2014, estabelece na meta 12 a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, asseguradas a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. E como parte da estratégia 12.3 propõe: “ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos” (BRASIL, 2014).

Portanto, o que se nota é que o foco na educação noturna faz parte das políticas de democratização da educação, pois se trata de uma ação voltada para a inclusão de trabalhadores no sistema educacional. Porém, Barreiro e Terribilli Filho (2007) chamam atenção para o fato de que a disparidade entre as áreas é evidente quando se considera os cursos ofertados em diferentes turnos, porque a oferta de cursos noturnos é preponderante em áreas do conhecimento menos valorizadas socialmente que as do turno diurno.

Já em consideração ao perfil de gênero dos alunos dos IFs em Goiás, tem-se a seguinte realidade:

Tabela 10 - Matrículas em cursos de graduação presenciais por sexo – Institutos Federais em Goiás – 2011

Total	Masculino	Feminino
6.685	3.622	3.063

Fonte: MEC/Inep (BRASIL, 2012).

O perfil de gênero dos alunos é mormente masculino, sendo que, do total das 6.685 matrículas, 3.622 (54,18%) são do sexo masculino e 3.063 (45,81%) do sexo feminino. O panorama nacional é de maior escolarização de mulheres que de homens. Segundo dados do IBGE (2015), A realidade de maior escolarização de mulheres que de homens ocorre em todas as regiões do país, mas nas regiões Norte e Nordeste essa diferença é mais acentuada (0,8 anos), seguida da região Centro-Oeste (0,7 anos). Já nas regiões Sudeste e Sul a diferença em termos de escolarização por gênero é menor, sendo de 0,2 e 0,3 anos, respectivamente. Entretanto, a diferença desse quadro nos IFs de Goiás justifica-se pela tradição dos cursos neles ofertados, que são especialmente nas áreas urbano-industrial e agropecuária, os quais, por suas características, historicamente tendem a atrair mais homens que mulheres.

Por fim, em se tratando de mecanismo de acesso às instituições, a distribuição se faz da seguinte forma:

Tabela 11 - Número total de ingressos nos cursos de graduação presenciais por forma de ingresso - Institutos Federais em Goiás - 2011

Ingresso total	Processo seletivo	Outras formas
2.871	2.824	47

Fonte: MEC/Inep (BRASIL, 2012).

Em relação à forma de ingresso, dos 2.871 ingressantes, 2.824 (98,36%) ocorrem por processo seletivo e 47 (1,63%) por outros mecanismos de acesso. Portanto, a despeito da variedade de mecanismos para acesso à educação superior disponíveis, dentre os quais estão o Enem e o Sisu, até o momento da pesquisa a primeira opção é pelos processos seletivos tradicionais. Porém, vale demarcar uma mudança em curso, em razão de que o Sisu tem sido o principal instrumento de acesso adotado por diversas instituições de educação superior, dentre as quais os IFs do estado de Goiás.

Diante do exposto, é notória a contribuição do IFG e IF Goiano para o aumento das oportunidades de acesso à educação superior em Goiás, primeiramente pela expansão ao longo dos anos, em termos de novas instituições, cursos e vagas, acompanhada da ampliação do corpo docente e servidores técnico-administrativos. Ademais, pela abrangência dessas instituições no território do estado, há um forte viés de interiorização das instituições públicas federais, o que a universidade, no caso a UFG, também faz, mas de forma menos intensa. No mais, vale reconhecer que essas instituições possuem forte marca social, com integração de alunos provenientes de instituições públicas e minorias étnicas, além do predomínio de ensino noturno, que favorece a inclusão de trabalhadores no sistema educacional.

Considerações finais

O desenvolvimento de educação superior no âmbito dos IFs alinha-se com a demanda por diversificação das instituições, com características peculiares, atendendo a públicos diversos com características e interesses também distintos. Nesse sentido, entende-se que a educação superior nos IFs não é uma forma de reprodução de desigualdades por se desenvolver em uma instituição de caráter profissional e tecnológico, mas sim um instrumento voltado para a superação de desigualdades históricas em termos de acesso à educação no país, sobretudo a de nível superior.

Vale destacar que, considerando a necessidade de interiorizar a oferta de educação superior no Brasil, o modelo de universidade tradicional pode ser considerado inviável, dada a grande dimensão das instituições com essa configuração. Portanto, novos arranjos são necessários, e os IFs despontam como uma proposta viável para reduzir as desigualdades educacionais no país, dada a sua capilaridade no território brasileiro, e, ainda, por promover a educação de forma articulada com as potencialidades regionais. Desse modo, os IFs contribuem para integrar as parcelas em desvantagem social, principalmente aquelas que vivem em localidades distantes dos grandes centros, propiciando-lhes o acesso a uma educação verticalizada.

Em se tratando da educação superior em Goiás, os dados revelaram que o IF Goiano e o IFG são relevantes no estado de Goiás, a começar por serem as instituições

com maior demanda estudantil, e, no setor público, as com maior percentual de vagas ocupadas. Por assim ser, torna-se evidente que são instituições que de fato estão inseridas em locais estratégicos, e não há um desvirtuamento no que se refere à ociosidade de vagas no momento do ingresso. Porém, não se pode deixar de mencionar que há uma lacuna muito grande entre o número de ingressantes e de concluintes, o que revela um quadro de evasão que merece ser cuidadosamente avaliado, pois, se os alunos ingressam ocupando todas as vagas ofertadas, mas não se formam, é preciso conhecer as causas que levam a esse processo.

Mesmo assim, é preciso reconhecer que essas instituições têm impacto positivo na educação do estado, e sua contribuição ocorre tanto pela ampliação das oportunidades educacionais, quanto pela interiorização da educação superior. Isso porque se tratam de duas instituições que, juntas, estão inseridas em 26 municípios do estado de Goiás, e essa capilaridade permite que o atendimento seja extensivo, abrangendo especialmente grupos em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, que ficam limitados às oportunidades de escolarização nas localidades onde residem. Portanto, no estado de Goiás, os IFs têm uma importante contribuição com a democratização da educação superior, e, de forma articulada, com a inserção social dos grupos atendidos.

Referências

- AMORIM, Mônica Maria Teixeira. **A organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no conjunto da educação profissional brasileira**. 2013. 245f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação, 2013.
- BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; TERRIBILI FILHO, Armando. Educação superior no período noturno no Brasil: políticas, intenções e omissões. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.** [online], v. 15, n. 54, p. 81-102, 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Principais Resultados. **Censo da Educação Superior – 2011**. Brasília: Inep, 2012.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova do Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 2014.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial. Brasília, 1996.
- GAZETA DO POVO. **Evasão em licenciatura chega a 39%**. 18 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/evasao-em-licenciatura-chega-a-39-ci2oebivr3fzzqs1q9w6o2h5a>. Acesso em: 19 ago. 2016.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Síntese dos indicadores 2013. 2ª. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2016.
- ROSA, Chaiane de Medeiros. **A política de cotas na Universidade Federal de Goiás (UFGInclui): concepção, implantação e desafios**. 2013. 208f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Goiás. Câmpus Catalão. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2013.
- ROSA, Chaiane de Medeiros. **A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no contexto das políticas de educação superior**: as particularidades do IF Goiano – campus Urutaí. 2016. 277f. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2016.

ROSA, Chaiane de Medeiros. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: criação e expansão. **Plures Humanidades**, Ribeirão Preto, v.18, n. 2, p. 181-199, 2017.

Enviado em: 29/março/2017

Aprovado em: 08/maio/2018